



**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF
REQUERIMENTO Nº , DE 2021
(DO SR. ANTONIO BRITO)**

Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater as estratégias do “Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública 2021-2025”

Senhor Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública destinada a debater as estratégias da segunda fase de execução do “Plano nacional pelo fim da tuberculose como problema de saúde pública”. Para tanto, convidamos os representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Cidadania (Secretaria Nacional de Assistência Social), do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); da Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose (REDE-TB); e da Articulação Social Brasileira para o Enfrentamento da Tuberculose (ART TB Brasil).

JUSTIFICATIVA

A tuberculose (TB) persiste como um problema de saúde pública no Brasil, que apresentou, em 2020, cerca de 66 mil casos novos da doença e 4,5 mil mortes por TB. O Brasil permanece entre os 30 países de alta carga para a TB e para coinfecção TB-HIV, sendo, portanto, considerado prioritário para o controle da doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Plano “Brasil Livre da Tuberculose” lançado em 2017, ratifica os compromissos globais de enfrentamento da doença e estabelece metas de redução da incidência e do número de mortes a serem alcançadas até 2035.

Alinhado às políticas globais de enfrentamento da doença, o Plano é composto por 3 pilares: i. Prevenção e cuidado integrado centrados na pessoa com tuberculose, ii. Políticas arrojadas e sistemas de apoio e iii. Intensificação da pesquisa e inovação. O período de execução possui quatro fases: 2017-2020, 2021-2025, 2026-2030 e 2031-2035.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal ANTONIO BRITO

O documento norteador para a segunda fase de execução apresenta uma análise dos resultados obtidos no período de 2017-2020 e apresenta uma abordagem mais estratégica, específica e operativa para subsidiar o processo de planejamento das ações de controle da doença no território.

O engajamento político e a participação de diferentes setores e atores nas estratégias de controle da tuberculose no Brasil são princípios fundamentais do Plano Nacional. Desta forma, faz-se necessário e o comprometimento das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde) e do SUAS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (Ministério da Cidadania). A participação da sociedade civil organizada, academia e de outros parceiros estratégicos também é essencial para implementação do plano.

De forma a fortalecer o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento da tuberculose, e assim, diminuir a incidência e o número de mortes pela doença, faz-se essencial fomentar a discussão da situação da tuberculose no país e das estratégias previstas para a próxima fase de execução do Plano Nacional.

Considerando o contexto da saúde pública nacional, profundamente impactado pela pandemia da Covid-19, é primordial repensar as estratégias para mitigar os possíveis retrocessos na eliminação de doenças como a tuberculose.

Assim sendo, a referida audiência tem como objetivo incluir o Congresso Nacional, por meio da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados no debate entre gestão, academia, sociedade civil e os parlamentares, visando a qualificação das estratégias para enfrentamento da tuberculose no país.

Sala da Comissão, em 1 de abril de 2021.

Deputado **ANTONIO BRITO**
PSD/BA